

Técnico esclarece dúvidas sobre Plano de Carreira

Profissional da empresa responsável pelo cálculo do impacto financeiro das mudanças garante que o projeto é viável

■ Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

O Número

Nun primeiro momento, as promoções decorrentes da qualificação dos servidores públicos pela escolaridade representará acréscimo total de **R\$ 51.148,00**

A implantação do novo Plano de Carreira dos servidores públicos municipais não vai comprometer a capacidade de investimentos da Prefeitura. A garantia é do técnico atuário Francisco Humberto Simões Magro, da CSM Consultoria Atuária, de Porto Alegre. A empresa é uma das mais conceituadas do país e está no mercado desde 1992. Foi Magro quem fez o estudo de impacto financeiro das mudanças propostas e ontem, durante quase três horas, ele apresentou suas conclusões e foi sabatinado pelos vereadores. Também estiveram na Câmara o secretário da Fazenda, Júlio Hoffmeister, e integrantes da comissão de elaboração do projeto.

Uma das primeiras dúvidas esclarecidas pelo consultor diz respeito aos avanços salariais decorrentes da qualificação dos funcionários públicos. Aqueles que estudarem e fizerem cursos de capacitação poderão ter o vencimento básico reajustado em até 32%. Os vereadores queriam saber como o cálculo do impacto foi realizado.

De acordo com o consultor, a comissão forneceu

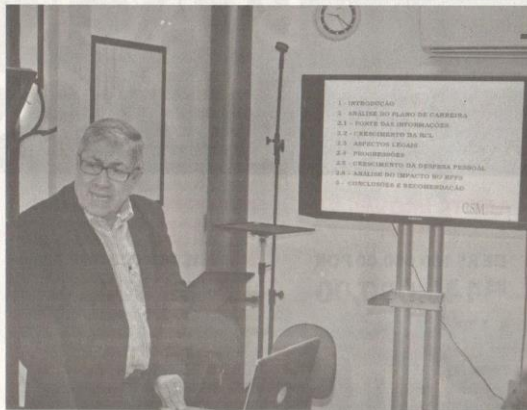
planilhas atualizadas de grande parte dos funcionários, em que já constam as qualificações que fizeram nos últimos anos. "Avaliando estes dados e trabalhando com médias, concluímos que esta despesa extra será de R\$ 51.148,00. Em torno de 30% da equipe não terá direito a este reajuste num primeiro momento porque não fez nenhum curso", apontou.

Todos os cálculos feitos pela CSM levaram em conta números de receita e despesa coletados junto ao site do Tribunal de Contas do Estado entre 2008 e 2014. As alterações propostas somam um acréscimo nos gastos com pessoal de 15,5%. O índice parece alto, mas levando em conta que a arrecadação do Município vem crescendo à média de 4,68% ao ano, os cofres públicos têm plenas condições de suportar o impacto. Hoje, a folha de pessoal consome 44,51% da

Receita Corrente Líquida, incluídas as horas extras, que somam em torno de R\$ 200 mil mensais. Com o novo Plano, este custo subirá para 46,4%.

Segundo Magro, a Administração pretende, uma vez implantado o Plano, suspender o pagamento de horas extras, contando que os reajustes servirão como um incentivo para que os funcionários, motivados, produzam bem mais. O técnico observa que Montenegro é um município desenvolvido e que muitas prefeituras estão em situação bem pior. "Posso garantir que o Plano é viável e não comprometerá as finanças de Montenegro", assegurou.

Embora os vereadores tenham tido a chance de esclarecer uma série de dúvidas, ainda não há uma definição sobre a votação do projeto. A expectativa é que isso ocorra antes do dia 30, para que a implantação seja possível ainda este ano. Pela legislação, em ano eleitoral, como 2016, os órgãos públicos só podem conceder reajustes para repor perdas decorrentes da inflação. Ou seja, se a lei não for publicada logo, as melhorias previstas ficarão somente para 2017, o que frustraria a categoria formada por cerca de 750 pessoas.



TÉCNICO Francisco Humberto Simões Magro, da CSM Consultoria Atuária, apresentou seus cálculos na Câmara

Vereadores preocupados com a arrecadação

As informações e as garantias passadas pelo atuário Francisco Humberto Simões Magro, da CSM Consultoria Atuária, não convenceram totalmente os vereadores. Eles estão preocupados com o fraco desempenho da economia brasileira, que tende a se refletir em Montenegro, derrubando a arrecadação. Roberto Braatz (PDT) lembra que grandes indústrias projetam quedas no faturamento que podem chegar a 30%. Além disso,

o Município não recebeu novas empresas de grande porte nos últimos anos, o que sinaliza, no mínimo, para uma quebra no ritmo de crescimento do retorno em impostos.

Renato Kranz (PMDB), na mesma linha, acredita que a projeção de crescimento feita pela CSM pode acabar não se confirmando no futuro. A base de cálculo foi a arrecadação de 2008 a 2014, período em que a economia brasileira viveu um de seus maiores

ciclos de desenvolvimento. "Agora, a tendência é de recessão", observa.

O secretário municipal da Fazenda, porém, está otimista. Júlio acredita que, até meados do ano que vem, a crise estará debelada. Também lembra que eventual queda na arrecadação será compensada pelo aumento da alíquota básica do ICMS, o que vai injetar pelo menos R\$ 10 milhões extras nos cofres públicos a partir de 2016 por no mínimo três anos.

Como fica o déficit no Fap?

A implantação do novo Plano de Carreira garantirá à maioria dos funcionários o recebimento de promoções por tempo de serviço e por melhoria de escolaridade. Como muitos estão prestes a se aposentar e levarão o salário integral para a inatividade, haverá um déficit técnico no Fundo de Aposentadoria e Previdência (Fap). Trata-se da diferença entre o valor sobre o qual contribuíram e o que passarão a receber quando deixarem a função pública. A CSM propôs, como alternativa, a criação de alíquota de custeio especial, com três possibilidades de amortização: 6,74% (60 meses), 3,37% (120 meses), ou 1,69% (240 meses).

De acordo com Magro, este custo, calculado em R\$ 13,3 milhões, terá de ser

suportado exclusivamente pelo Executivo, sem a participação dos servidores. Até agora, a Administração Municipal não definiu de que forma será paga esta conta. Ontem, alguns vereadores chegaram a propor que a votação do novo Plano seja condicionada à apresentação de um segundo projeto de lei definindo como ocorrerá esse repasse.

Segundo o consultor, em algum momento, esta diferença terá de ser paga. "O melhor é que seja logo, pois quanto mais demorar, maior será o valor, por conta da inflação", explicou o consultor da CSM. O presidente da Câmara, Márcio Müller, vai encaminhar um ofício ao prefeito Luiz Américo Aldana para saber o que a Administração vai fazer.

SAIBA MAIS

- O índice mínimo de reajuste salarial que todos os 750 funcionários da Prefeitura terão, se for aprovado o novo Plano de Carreira, será de 15%. A reposição se deve ao aumento do valor de referência, que é inferior ao salário mínimo nacional: subirá de R\$ 814,88 para R\$ 1.187,50. Nos vencimentos mais baixos, a repercussão fica entre R\$ 300,00 e R\$ 400,00.
- O texto corrige algumas distorções, como a existência de cargos com atribuições semelhantes e salários diferentes. O número de categorias funcionais cairá de 63 para 49.
- O novo texto altera como são concedidas as promoções. Antes, no quesito tempo de serviço, o servidor tinha reajustes em apenas quatro momentos, até os 22

anos de atividades. Agora, serão oito e a progressão ocorrerá até o 38º ano de trabalho.

- Outra melhoria contemplada no projeto é a valorização do funcionário que continuar estudando ou fizer cursos de aperfeiçoamento. Ao longo da carreira, ele terá a oportunidade de alcançar um reajuste de até 32% sobre o valor básico da sua categoria. As promoções serão criteriosas, levando em conta o tempo de formação, o curso e a carga horária.
- O impacto da implantação do novo Plano de Carreira sobre a folha de pagamento, de acordo com a Secretaria da Fazenda, será de aproximadamente R\$ 300 mil/mês, o que representa um acréscimo de 6,4% nos gastos com pessoal.